



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Informações Contábeis Intermediárias 31 de março de 2013

ÍNDICE

Balancos Patrimoniais.....	6
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.....	
1. Contexto operacional.....	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	16
3. Principais práticas contábeis.....	18
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas.....	18
5. Obrigações Assumidas na Aquisição da Controlada CTEEP.....	20
6. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
7. Aplicações financeiras.....	21
8. Contas a receber.....	22
9. Valores a receber - Secretaria da Fazenda.....	23
10. Tributos e contribuições a compensar.....	24
11. Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora.....	24
12. Empréstimos a receber.....	25
13. Cauções e depósitos vinculados.....	26
14. Investimentos.....	28
15. Imobilizado.....	30
16. Intangível.....	31
17. Empréstimos e financiamentos.....	32
18. Debêntures.....	36
19. Tributos e encargos sociais a recolher.....	37
20. Impostos parcelados - Lei 11.941.....	37
21. PIS e COFINS diferidos.....	38
22. Encargos regulatórios a recolher.....	38
23. Provisões.....	39
24. Valores a pagar - Fundação CESP.....	42
25. Obrigações Especiais - Reversão / Amortização.....	43
26. Patrimônio Líquido.....	43
27. Receita operacional líquida.....	46
28. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas..	49
29. Resultado financeiro.....	50
30. Outras receitas (despesas) operacionais.....	51
31. Imposto de renda e contribuição social.....	51
32. Transações com partes relacionadas.....	54
33. Instrumentos financeiros.....	56
34. Compromissos assumidos - arrendamentos mercatins operacionais.....	61
35. Seguros.....	61
36. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58.....	62
37. Eventos subsequentes.....	63

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
ISA Capital do Brasil
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da ISA Capital do Brasil (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme descrito na nota 26.a, a Companhia possui ações preferenciais resgatáveis, as quais estão registradas como instrumento patrimonial, bem como sua remuneração correspondente, registrada como dividendo. Dadas as suas características, tais instrumentos deveriam ser classificados como passivo financeiro, devendo sua remuneração ser tratada como despesa financeira. Conseqüentemente, em 31 de março de 2013, o patrimônio líquido, individual e consolidado, está aumentado e o passivo, individual e consolidado, está diminuído em R\$1.199.400 mil. Adicionalmente, o lucro do trimestre findo em 31 de março de 2013, individual e consolidado, está aumentado em R\$21.521 mil, antes da participação dos acionistas não controladores.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo do item “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o CPC 21 (R1).

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo do item “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o CPC 21 (R1) e o IAS 34.

Ênfases

Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente – SE na controlada CTEEP

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, com base no previsto na Lei 12.783/13, a controlada CTEEP encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis classificados como Serviço Existente – SE. Enquanto o valor não é homologado, a controlada CTEEP registrou, em 2012, uma provisão para redução ao valor de custo de construção dessa infraestrutura, no montante de R\$1.535.319 mil, remanescendo um saldo de R\$1.490.986 mil, equivalente ao ativo imobilizado regulatório (valor histórico). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Lei 4.819/58 na controlada CTEEP

Conforme descrito nas notas explicativas nº 36 e nº 37 item f), em 31 de março de 2013, a CTEEP mantém registrado saldo de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$1.031.761 mil relativos aos impactos da Lei 4.819/58, que concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A Administração da CTEEP vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e comercial do assunto, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Balancos patrimoniais e Informações contábeis intermediárias correspondentes auditados e revisadas por outro auditor independente

O exame dos balanços patrimoniais correspondentes, individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e a revisão das informações contábeis intermediárias correspondentes, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria contendo ressalva relacionada ao assunto das ações preferenciais resgatáveis acima descrito e ênfases relacionadas aos assuntos comentados no item “Ênfases” acima, e relatório de revisão contendo ressalva relacionada ao assunto das ações preferenciais resgatáveis acima descrito e ênfase relacionada ao assunto do parágrafo Lei 4.819/58 do item “Ênfases” acima, com data de 25 de novembro de 2013.

São Paulo, 25 de novembro de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Balancos patrimoniais
31 de março de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado o 31.12.2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	197.227	127.324	210.537	436.927
Aplicação financeira	7	208.227	294.483	1.584.077	294.483
Contas a receber (ativo concessão)	8	-	-	773.829	2.425.203
Estoques	-	-	-	61.756	48.814
Empréstimos a receber	12 e 32	20.510	20.510	20.510	20.510
Tributos e contribuições a compensar	10	4.352	6.678	13.584	20.852
Cauções e depósitos vinculados	13	-	2.846	-	2.846
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	18.761	3.133
Instrumentos financeiros derivativos	33.a	-	-	56.138	63.455
Outros	-	2	1	93.582	86.305
		430.318	451.842	2.832.774	3.402.528
Não circulante					
Contas a receber (ativo concessão)	8	-	-	3.289.856	3.387.374
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	9	-	-	1.031.761	986.486
Benefício fiscal – ágio incorporado	11	-	-	82.775	90.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.b	39.553	39.553	72.696	39.553
Cauções e depósitos vinculados	13	-	-	76.406	74.690
Tributos e contribuições a compensar	10	33.034	29.264	33.034	29.264
Empréstimos a receber	12 e 32	48.358	48.645	48.358	48.645
Estoques	-	-	-	45.443	41.867
Outros	-	-	-	21.416	21.353
		120.945	117.462	4.701.745	4.719.479
Investimentos	14.	2.090.245	2.080.340	790.863	767.553
Imobilizado	15	37	39	9.798	8.414
Intangível	16	-	-	93.840	110.795
		2.090.282	2.080.379	894.501	886.762
		2.211.227	2.197.841	5.596.246	5.606.241
Total do ativo		2.641.545	2.649.683	8.429.020	9.008.769

Balancos patrimoniais - Continuação
31 de março de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Circulante					
Fornecedores		359	301	58.185	63.569
Empréstimos e financiamentos	17	935	2.372	500.568	938.917
Debêntures	18	-	-	174.418	166.667
Tributos e encargos sociais a recolher	19	186	399	22.837	139.451
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	20	-	-	13.303	13.137
Encargos regulatórios a recolher	22	-	-	28.773	40.344
Dividendos fixos cumulativos a pagar	26.c e 37.a	-	21.334	-	21.334
Instrumentos financeiros derivativos	33.a	-	-	251	3.770
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		-	-	5.849	6.340
Provisões	23	14	19	19.520	27.457
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	7.194	7.194	7.194	7.194
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	4.153	4.153	4.153	4.153
Valores a pagar – Fundação CESP	24	-	-	6.121	6.226
Outros		-	2	16.276	21.779
		12.841	35.774	857.448	1.460.338
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	63.738	64.679	481.043	525.763
Debêntures	18	-	-	970.795	956.683
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	20	-	-	140.791	142.318
PIS e COFINS diferidos	21	-	-	88.726	84.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.b	-	-	24.106	38.932
Encargos regulatórios a recolher	22	-	-	48.845	39.468
Provisões	23	-	-	117.377	120.882
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	242.127	236.746	242.127	236.746
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	152.175	148.800	152.175	148.800
Obrigações especiais reversão / amortização	25	-	-	24.053	24.053
		458.040	450.225	2.290.038	2.318.350
Patrimônio Líquido					
Capital social	26.a	840.378	840.378	840.378	840.378
Reservas de capital	26.d	1.199.400	1.199.400	1.199.400	1.199.400
Ágio na transação de capital	26.e	(7.468)	(7.468)	(7.468)	(7.468)
Reservas de lucro	26.f	131.374	131.374	131.374	131.374
Lucros Acumulados		6.980	-	6.980	-
		2.170.664	2.163.684	2.170.664	2.163.684
Participação de acionistas não controladores					
		-	-	3.110.870	3.066.397
Total do Patrimônio Líquido		2.170.664	2.163.684	5.281.534	5.230.081
Total do passivo do patrimônio líquido					
		2.641.545	2.649.683	8.429.020	9.008.769

Demonstrações do resultado
Trimestrais findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012 reapresentado
Receita operacional líquida	27.1	-	-	200.818	493.536
Custo dos serviços de operação	28	-	-	(142.978)	(137.915)
Lucro bruto		-	-	57.840	355.621
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(1.037)	(997)	(39.054)	(39.982)
Outras receitas (despesas) líquidas	30	(17.126)	(13.992)	(10.067)	(20.604)
Resultado de equivalência patrimonial	14.c	27.034	77.681	20.760	11.499
		8.871	62.692	(28.361)	(49.087)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre lucro		8.871	62.692	29.479	306.534
Despesas financeiras	29	(13.217)	(16.495)	(67.864)	(117.653)
Receitas financeiras	29	11.326	19.389	105.003	64.640
Resultado financeiro		(1.891)	2.894	37.139	(53.013)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.980	65.586	66.618	253.521
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	31	-	(6.208)	(63.712)	(75.853)
Diferido	31	-	(2.663)	48.062	6.470
		-	(8.871)	(15.650)	(69.383)
Lucro líquido do período		6.980	56.715	50.968	184.138
Atribuível aos:					
Acionistas não controladores		-	-	43.988	127.423
Acionistas controladores		6.980	56.715	6.980	56.715
Lucro por ação - Básico e Diluído	26.g	0,0049	0,0395		
Quantidade de ações média no período	26.g	1.434.469.504	1.434.469.504		

Demonstrações do resultado abrangente
Trimestrais findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Lucro líquido do período	6.980	56.715	50.968	184.138
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	6.980	56.715	50.968	184.138
Acionistas Controladores	-	-	6.980	56.715
Acionistas não controladores	-	-	43.988	127.423

ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Trimestrais findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Ágio na transação de capital	Reserva de lucro		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
				Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	840.378	1.199.400	(7.488)	5.881	89.629	-	2.127.800	2.731.268	4.859.068
Lucro do período	-	-	-	-	-	56.715	56.715	127.423	184.138
Distribuição de dividendos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(31.304)	(31.304)
Distribuição de Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	230	230
Juros sobre Capital próprio na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(39.773)	(39.773)
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	141	141
Saldos em 31 de Março de 2012	840.378	1.199.400	(7.488)	5.881	89.629	56.715	2.184.515	2.787.985	4.972.500
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	840.378	1.199.400	(7.468)	5.881	125.493	-	2.163.684	3.066.397	5.230.081
Lucro do período	-	-	-	-	-	6.980	6.980	43.988	50.968
Distribuição de Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	302	302
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	183	183
Saldos em 31 de Março de 2013	840.378	1.199.400	(7.468)	5.881	125.493	6.980	2.170.644	3.110.870	5.281.534

Demonstrações dos fluxos de caixas
Trimestrais findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.03.2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	6.980	56.715	50.968	184.138
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização (notas 15,16 e 28)	2	3	1.822	1.264
Perda na aquisição de controlada em conjunto (nota 30)	-	-	-	(610)
Reversão da provisão da perda em controlada em conjunto	-	-	(605)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 31.a)	-	2.663	(48.062)	(6.470)
PIS e COFINS diferidos	-	-	4.021	(22.729)
Provisão para contingências	-	-	(3.505)	1.345
Custo residual de ativo permanente baixado (nota 15)	-	5	2	70
Receita de aplicação financeira (nota 7)	(4.083)	(8.440)	13.055	(8.440)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14.c)	(27.034)	(77.681)	(20.760)	(11.499)
Amortização de ágio (nota 16 e 30)	17.126	13.992	24.598	21.200
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	9.113	4.485	48.222	63.499
	2.104	(8.258)	69.756	221.768
(Aumento) redução em ativos				
Clientes	-	-	1.749.590	(2.847)
Estoques	-	-	(16.518)	896
Valores a receber	378	29	(45.275)	(45.587)
Tributos e contribuições compensáveis	(1.444)	2.161	3.498	2.802
Cauções e depósitos vinculados	2.846	2.612	1.130	(1.115)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(15.628)	(13.599)
Outros	-	-	(7.342)	6.015
	1.780	4.802	1.669.455	(53.435)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	57	131	(5.385)	(29.209)
Tributos e encargos sociais a recolher	(216)	543	(116.617)	18.227
Impostos parcelados – Lei nº 11.941	-	-	(3.312)	(3.112)
Encargos regulatórios a recolher	-	-	(2.715)	7.843
Provisões	-	-	(7.932)	(9.591)
Valores a pagar Lei 4819 e fundação CESP	-	-	(105)	60
Outros	-	-	(5.501)	5.919
	(159)	674	(141.567)	(9.863)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	3.725	(2.782)	1.597.644	158.470

Demonstrações dos fluxos de caixas - Continuação
Trimestrais findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.03.2012
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira (nota 7)	90.339	(42.469)	(1.302.648)	(42.469)
Imobilizado (nota 15)	-	(2)	(2.071)	(35)
Intangível (nota 16)	-	-	(1.308)	-
Investimento	-	-	(2.550)	(54.208)
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos (26.d)	-	88.454	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	90.339	45.983	(1.308.577)	(96.712)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos (nota 17)	-	-	200.000	403.373
Pagamentos de empréstimos (inclui juros) (nota 17 e 18)	(2.827)	(2.423)	(693.731)	(280.315)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(386)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 26.c)	(21.334)	(36.004)	(21.340)	(172.388)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(24.161)	(38.427)	(515.457)	(49.330)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	69.903	4.774	(226.390)	12.428
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	197.227	62.313	210.537	245.926
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	127.324	57.539	436.927	233.498
Variação em caixa e equivalentes de caixa	69.903	4.774	(226.390)	12.428

1. Contexto Operacional

1.1. Objeto social

O objeto social da ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceria em “joint ventures”, associação em consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006, o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”).

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a conseqüente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital, Companhia brasileira Controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa nº 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Após a conclusão do processo de aquisição, a Companhia passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Em 12 de julho de 2007, a CTEEP promoveu um grupamento de ações e a Companhia ficou com 55.924.465 ações ordinárias.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 ações em 21 de dezembro de 2011. Essas capitalizações são decorrentes do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011. Por meio de leilão de sobras de aumento efetuado em 2011 pela controlada CTEEP a ISA Capital adquiriu o equivalente a 63.146 ações ordinárias. Em 29 de junho de 2012 e 05 de julho de 2012 a ISA Capital alienou 920 ações. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 57.714.208 ações ordinárias (31 de dezembro de 2011 57.715.128 ações ordinárias), equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

Em 9 e 19 de março de 2010, visando implementar a reestruturação de sua dívida em moeda estrangeira (Bônus), a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais, ao preço de R\$2,020731 por ação, que foram totalmente subscritas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 8 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembleia foram aprovadas a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Assim, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais (nota 14.a).

Por decisão dos acionistas, em 27 de maio de 2010, a Companhia cancelou seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As ações da Controlada CTEEP são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a Controlada CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

A controlada CTEEP tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2. Concessões

A Controlada CTEEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)	37,8053	20	31.12.2042	5 anos	2018	Não	IPCA	568.177	01/jan
CTEEP	143/2001	37,8053	30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.937	06/dez
IEMG	004/2007	37,8053	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	13.567	06/dez
Pinheiros	012/2008	37,8053	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.173	06/dez
Pinheiros	015/2008	37,8053	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	19.096	06/dez
Pinheiros	018/2008	37,8053	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.332	06/dez
Pinheiros	021/2011	37,8053	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11 (**)
Serra do Japi	026/2009	37,8053	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.102	06/dez
Evrecy (***)	020/2008	37,8053	30	17.07.25	4 anos	2013	Não	IGPM	9.844	06/dez
IENNE	001/2008	9,4513	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	41.893	06/dez
IESul	013/2008	18,9026	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	2.375	06/dez
IESul	016/2008	18,9026	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	10.055	06/dez
IEMadeira	013/2009	19,2807	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	218.933	06/dez
IEMadeira	015/2009	19,2807	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	184.866	06/dez
IEGaranhuns	022/2011	19,2807	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11 (**)

(*) Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013, alterando seu vencimento de 07 de julho de 2015 para 31 de dezembro de 2042 e reduziu a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$2.115.181 para R\$568.177 (líquido de PIS e COFINS totaliza 515.621), que considera apenas operação e manutenção da infraestrutura.

(**) Conforme contrato de concessão a RAP será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A controlada IEMadeira, por ter estimativa de entrada em operação no 2º trimestre de 2013

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(lote D) e 3º trimestre de 2013 (lote F), passou a constar da RAP base 06/12, conforme a Resolução Homologatória nº 1.313.

(***) Empresa adquirida em 21 de dezembro de 2012.

Todos os contratos de concessão acima preveem o direito de reversão sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Lei nº 12.783/2013

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes a publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela reversão dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

- (i) Portaria Interministerial nº 580, onde foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000 (NI), referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.291 referente ao contrato de concessão nº 059/2001 (único contrato alcançado pela referida MP), conforme Anexo II da referida Portaria.
- (ii) Portaria Interministerial nº 579, onde ficou definido o valor das RAP a partir de 01 de janeiro de 2013, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 (líquido de PIS e COFINS) referente ao contrato de concessão nº 059/2001, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 591 (MP 591) que alterou a MP 579 de maneira a autorizar o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (SE), no prazo de trinta anos. A Controlada CTEEP aguarda manifestação do Poder Concedente quanto a determinação do valor e forma de pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$2.891.291, referente ao NI, conforme Portaria Interministerial nº 580 da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA;
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 11 de janeiro de 2013 as MP's 579 e 591 foram convertidas em Lei nº 12.783/2013.

Em 04 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 612 que reduz a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei no 12.783/2013.

Participação em consórcio

(i) Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Controlada CTEEP no empreendimento é de 51%. A Controlada CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, que foi aceita pelos demais acionistas e a efetivação da retirada ocorrerá após a anuência da ANEEL.

2. Apresentação das informações trimestrais

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo nas demonstrações financeiras separadas.

As informações trimestrais individuais estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e as informações trimestrais consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34- *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2012. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto quanto ao item 2.4, no que tange a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva a partir de 01 de janeiro de 2012.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena e Conselho de Administração em 27 de maio de 2013.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras do exercício de 2012 permanecem válidas para estas Informações Contábeis Intermediárias.

2.4. Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações financeiras intermediárias da ISA Capital e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012,

(i) Controladas e respectiva participação:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		31.03.2013	31.12.2012
Diretas			
CTEEP	31.03.2013	37,8053	37,8053
Indiretas			
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.03.2013	37,8053	37,8053
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.03.2013	37,8053	37,8053
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.03.2013	37,8053	37,8053
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	31.03.2013	37,8053	37,8053

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, os investimentos em controladas com controle em conjunto deixaram de ser consolidados proporcionalmente pela Controlada CTEEP e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Controladas em conjunto e respectiva participação:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		31.03.2013	31.12.2012
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.03.2013	9,4513	9,4513
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31.03.2013	18,9026	18,9026
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	31.03.2013	19,2807	19,2807
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31.03.2013	19,2807	19,2807

3. Principais práticas contábeis

Exceto pelas mudanças mencionadas na nota explicativa 4, a Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações –Contábeis Intermediárias, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2012.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 às demonstrações financeiras do exercício de 2012, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013 ou posteriores.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Conforme também mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2012, a adoção do CPC 19 (R2) e 36 (R3) requer que a Companhia ajuste os saldos comparativos de 2012 (período mais antigo apresentado). Sendo assim apresentamos a seguir os efeitos da adoção dos referidos CPC's nos saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado		
	Saldos apresentados em 31.12.2012	Impacto da adoção dos CPC´s 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos em 31.12.2012 reapresentados
Balço Patrimonial			
Ativo			
Circulante	3.611.999	(209.471)	3.402.528
Investimentos	-	767.553	767.553
Não circulante (exceto investimentos)	6.862.392	(2.023.704)	4.838.688
Ativo total	10.474.391	(1.465.622)	9.008.769
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante	1.692.161	(231.823)	1.460.338
Não circulante	3.552.149	(1.233.799)	2.318.350
Patrimônio líquido	5.230.081	-	5.230.081
Passivo e Patrimônio líquido	10.474.391	(1.465.622)	9.008.769
	Saldos apresentados em 31.03.2012	Impacto da adoção dos CPC´s 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 31.03.2012, reapresentados
Demonstração do Resultado do Exercício			
Receita operacional líquida	651.378	(157.842)	493.536
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	(256.913)	118.998	(137.915)
(Despesas) receitas operacionais, líquidas (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	(66.639)	6.053	(60.586)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	11.499	11.499
Resultado financeiro	(68.125)	15.112	(53.013)
Imposto de renda e contribuição social	(75.563)	6.180	(69.383)
Lucro líquido do período	184.138	-	184.138
Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Atividades operacionais (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	37.643	132.326	169.969
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(11.499)	(11.499)
Atividades de investimento	(42.512)	(54.200)	(96.712)
Atividades de financiamento	10.780	(60.110)	(49.330)
Varição em caixa e equivalentes de caixa	5.911	6.517	12.428

5. Obrigações Assumidas na Aquisição da Controlada CTEEP

De acordo com o contrato de compra e venda de ações, objeto do leilão de privatização descrito na Nota 1, a Companhia compromete-se a complementar o pagamento do preço de compra das ações da controlada CTEEP, no caso de a controlada CTEEP ficar desonerada dos ônus relacionados aos complementos dos pagamentos ao plano de aposentadoria previsto na Lei nº 4.819/58, atualmente em discussão judicial.

Em 31 de março de 2013, o valor do complemento do preço de compra é composto por duas transações distintas, conforme segue:

- a) O montante de R\$249.321 (31.12.2012 - R\$243.940), apurado na aquisição da primeira participação acionária através do leilão de privatização, realizado em 28 de junho de 2006, registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/58 - Secretaria da Fazenda”, sendo R\$7.194 (31.12.2012 – R\$7.194) no passivo circulante e R\$242.127 (31.12.2012 - R\$236.746) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$188.895 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada”, sendo a diferença de R\$60.426, reconhecida no resultado, a título de atualização monetária da obrigação, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, a partir de 31 de dezembro de 2005. Em 2013, foi reconhecido no resultado o montante de R\$5.381.
- b) O montante de R\$156.328 (31.12.2012 - R\$152.953), apurado na aquisição da terceira participação acionária através do leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA, realizado em 9 de Janeiro de 2007, registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/59 - OPA”, sendo R\$4.153 (31.12.2012 – R\$4.153) no passivo circulante e R\$152.175 (31.12.2012 – R\$148.800) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$120.306 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada”, sendo a diferença de R\$36.022 reconhecida no resultado a título de atualização monetária da obrigação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005. Em 2013, foi reconhecido no resultado o montante de R\$3.374.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caixa e bancos	320	1.351	1.084	4.853
Aplicações financeiras	196.907	125.973	209.453	432.074
	197.227	127.324	210.537	436.927

(i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
CDB	95,0% a 106,0%	-	-	8.653	11.159
Compromissada (*)	95,0% a 104,0%	196.907	125.973	200.800	420.915
		196.907	125.973	209.453	432.074

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária. A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 33 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

7. Aplicações Financeiras

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
CDB	90,0% a 106,0%	212.580	300.726	212.580	300.726
Parcela referente a IRRF		(4.353)	(6.243)	(4.353)	(6.243)
Fundos de Investimentos	105,5%	-	-	1.375.850	-
		208.227	294.483	1.584.077	294.483

A partir de janeiro de 2013, a Controlada CTEEP concentrou as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos. Referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os fundos de investimentos são:

Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controlada CTEEP e suas subsidiárias integrais, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: aplicações em depósitos à vista, títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Rubi, conforme estipulado no regulamento do Fundo Bandeirantes.

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controlada CTEEP e suas subsidiárias integrais, administrado pelo Banco Itaú e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Corp Referenciado DI, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Corp, conforme estipulado no regulamento do Fundo Xavantes.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Contas a receber serviços de construção (a)	1.090.899	1.050.085
Contas a receber serviços de O&M (b)	96.139	267.409
Contas a receber MP 579 e 591 (SE/NI) (c)	4.355.176	5.975.426
Contas a receber por reversão (d)	56.790	54.976
Provisão para redução ao valor de custo (c)	(1.535.319)	(1.535.319)
	4.063.685	5.812.577
Circulante	773.829	2.425.203
Não circulante	3.289.856	3.387.374

- (a) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Controlada CTEEP e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (c) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:
- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$2.949.121, sendo R\$2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015 (nota 1.2).
 - A reversão das instalações referente ao SE, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que, com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$3.026.305. A Controlada CTEEP entende ter direito ao recebimento desse valor, entretanto, constituiu provisão no montante de R\$ 1.535.519 para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, em atendimento a orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.
- (d) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Controlada CTEEP e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31.03.2013	Consolidado Reapresentado 31.12.2012
A vencer	4.034.085	5.783.007
Vencidos		
até 30 dias	73	280
de 31 a 60 dias	105	151
de 61 a 360 dias	2.270	3.931
há mais de 361 dias (i)	27.152	25.208
	29.600	29.570
	4.063.685	5.812.577

- (i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referentes à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Controlada CTEEP acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Controlada CTEEP não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Controlada CTEEP e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Consolidado 31.12.2012
Saldos em 31.12.2012	5.812.577
Receita de Construção (nota 27.1)	46.512
Receita financeira (nota 27.1)	38.817
Receita de operação e manutenção (nota 27.1)	143.675
Atualização contas a receber reversão IPCA/WACC	58.279
Recebimento contas a receber de reversão NI	(1.678.539)
Recebimentos	(357.636)
Saldos em 31.03.2013	4.063.685

9. Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	31.03.2013	Consolidado Reapresentado 31.12.2012
Processamento da folha de pagto. - Lei 4.819/58 (a)	824.822	793.443
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (b)	206.939	193.043
Salário-família - Lei 4.819/58 (c)	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.218)	(2.218)
	1.031.761	986.486

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a março de 2013 (nota 36).

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado de São Paulo. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão na qual a Controlada CTEEP repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para pagamento aos aposentados.

- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Controlada CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.
- (c) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Controlada CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve, até o momento, alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2012.

10. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Imposto de renda retido na fonte	37.270	35.828	44.936	47.033
Contribuição social retido na fonte	116	114	619	1.433
COFINS	-	-	803	1.174
PIS	-	-	129	210
Outros	-	-	131	266
	37.386	35.942	46.618	50.116
Circulante	4.352	6.678	13.584	20.852
Não Circulante	33.034	29.264	33.034	29.264

11. Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora –consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração dos contratos de concessão nº 059/2001 e 143/2001 e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com o objetivo de evitar que na Controlada CTEEP a amortização do ágio afetasse de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001. Dessa forma a amortização do ágio, líquida da reversão da referida provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos.

A amortização do ágio vem sendo realizada em parcelas mensais pelo período remanescente de exploração da concessão da controlada CTEEP, conforme autorizado pela Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, e está assim estabelecida:

Ano	Contrato de concessão		Amortização - % a.a.
	059/2001	143/2001	Total
	2008 a 2012	12,20	0,10
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031		0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Controlada CTEEP nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$82.775 (R\$90.247 em 31 de dezembro de 2012), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2013 é a seguinte:

	Ágio Total	Provisão	Benefício Fiscal Controlada
Saldos em 31.12.2012	265.434	(175.187)	90.247
Realização no exercício (Nota 30)	(21.976)	14.504	(7.472)
Saldos em 31.03.2013	243.458	(160.683)	82.775

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras receitas (despesas), líquidas (nota 30).

12. Empréstimos a receber

O empréstimo concedido pela ISA CAPITAL à sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. ESP ("ISA") refere-se ao repasse integral do empréstimo obtido pela companhia em 2006 denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$23.800 mil, cujo vencimento e amortização em parcela única ocorreu em 19 de julho de 2007 e com juros calculados com base na taxa LIBOR, acrescida de 3,00% ao ano. A Companhia manteve as mesmas premissas de atualização para essa operação, com recebimento semestral dos juros, no entanto o vencimento da amortização do principal foi acordado para um período de 8 anos em parcela única a vencer em 30 de janeiro de 2015.

Em 15 de dezembro de 2011, a ISA Capital firmou um contrato de mútuo com a empresa Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A no montante de R\$9.364, cujo vencimento original em 28 de dezembro de 2012 foi prorrogado por mais um ano, com nova data de vencimento em 28 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os juros são calculados mensalmente com base na variação do CDI acrescida de 0,72% ao ano e tem vencimento trimestral.

Em 03 de outubro de 2012, a ISA Capital realizou o 2º empréstimo à Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A no valor de R\$11.146, cujo vencimento do principal será em 03 de outubro de 2013.

Os juros são calculados mensalmente com base na variação anual no CDI acrescido de 0,91% ao ano com vencimento trimestral.

A composição do saldo é como segue:

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Principal	71.657	71.657
Juros	426	9
Varição Cambial	(3.215)	(2.511)
Total	<u>68.868</u>	<u>69.155</u>
Circulante (nota 32)	<u>20.510</u>	<u>20.510</u>
Não Circulante (nota 32)	<u>48.358</u>	<u>48.645</u>

13. Cauções e depósitos vinculados

Controladora

Refere-se a depósito no Bank of New York como garantia dos juros pagos semestralmente relativos aos bônus remanescente após a reestruturação da dívida, a importância a ser mantida na conta é da ordem de USD1,4 milhão. Conforme previsto em contrato, a Companhia tem utilizado os recursos dessa conta para efetuar os pagamentos dos juros, que ocorrem nos meses de janeiro e julho, e posteriormente a cada pagamento procede-se a recomposição do saldo da conta. O saldo de R\$2.846 registrados no ativo circulante em 31 de dezembro de 2012 foi utilizado para o pagamento dos juros do mês de janeiro de 2013.

Dentro do prazo legal estipulado em contrato, o saldo da conta foi recomposto com um depósito no valor de R\$2.824, em 24 de abril de 2013.

Consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Controlada CTEEP tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Autuações – ANEEL (a) (Nota 21 (a) (iv))	-	-	7.827	7.827
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (Nota 23(a) (i))	-	-	67.353	65.497
Previdenciárias - INSS (Nota 21 (a) (iii))	-	-	1.226	1.226
Depósito BANK of NEW YORK (Caução)	-	2.846	-	2.846
Outros	-	-	-	140
	<u>-</u>	<u>2.846</u>	<u>76.406</u>	<u>77.536</u>
Circulante	-	2.846	-	2.846
Não circulante	-	-	76.406	74.690

- (a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:
- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Controlada CTEEP contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Controlada CTEEP sob alegação de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
 - (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
 - (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
 - (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Controlada CTEEP devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Controlada CTEEP.
 - (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que refere-se ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da Controlada CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).
 - (vi) Depósito efetuado em 01 de julho de 2012, no valor de R\$1.483, com o objetivo de anular a autuação nº 065/11, que refere-se a perturbação ocorrida em 08 de fevereiro de 2011 na subestação Bandeirantes.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Investimento**14.1. Investimento Controladora****(a) Informações da Controlada CTEEP**

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço		
Ordinárias - ON	64.484.433	64.484.433
Preferenciais - PN	<u>88.177.132</u>	<u>88.177.132</u>
Total	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.162.626	1.162.626
Reservas de capital	2.055.035	2.055.035
Reserva especial de ágio	147.912	147.912
Reservas de lucro	<u>1.784.164</u>	<u>1.712.657</u>
Total	<u>5.149.737</u>	<u>5.078.230</u>
Lucro líquido	<u>71.022</u>	<u>843.488</u>

(b) Informações do Investimento da Controladora

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ações possuídas - ON (quantidades) em circulação na data do Balanço	57.714.208	57.714.208
Patrimônio Líquido da CTEEP	5.149.737	5.078.230
(-) Reserva Especial de ágio	(147.912)	(147.912)
Patrimônio líquido da CTEEP base Equivalência Patrimonial	5.001.825	4.930.318
Percentual de participação sobre capital social da CTEEP	37,8053%	37,8053%
Investimento (A)	<u>1.890.955</u>	<u>1.863.922</u>
Ágio		
Ágio a amortizar	51.378	68.506
Ágio - Reserva especial	<u>147.912</u>	<u>147.912</u>
Ágio total (B)	<u>199.290</u>	<u>216.418</u>
Total do investimento (A+B)	<u>2.090.245</u>	<u>2.080.340</u>

(c) Movimento do Investimento da Controladora no ano de 2013

	<u>Saldos em 31.12.2012</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Amortização ágio</u>	<u>Outros</u>	<u>Controlada Saldos em 31.03.2013</u>
CTEEP	2.080.340	27.034	(17.126)	(3)	2.090.245
	<u>2.080.340</u>	<u>27.034</u>	<u>(17.126)</u>	<u>(3)</u>	<u>2.090.245</u>

14.2. Investimento Controlada CTEEP**(a) Informações das Controladas da CTEEP**

Data base	INVESTIMENTOS DA CONTROLADA CTEEP															
	IEMG		Pinheiros		Serra do Japi		Evrecy		IENNE		IESul		IEMadeira		IEGaranhuns	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Números de ações ordinárias possuídas	78.855.292	78.855.292	255.360.000	236.760.000	86.748.000	86.748.000	21.512.367	21.512.367	81.821.000	81.821.000	76.678.499	74.128.499	487.560.000	487.560.000	15.300.510	15.300.510
Participação no capital integralizado - %	100	100	100	100	100	100	100	100	25	25	50	50	51	51	51	51
Capital integralizado	78.855	78.855	255.360	236.760	86.748	86.748	21.512	21.512	327.284	327.284	153.356	148.257	956.000	956.000	30.001	30.001
Patrimônio líquido	98.781	100.419	279.577	260.114	112.216	109.550	33.908	32.520	385.913	385.294	161.857	156.445	1.171.230	1.132.215	31.625	30.543
Lucro líquido	-1.638	2.534	863	13.319	2.666	18.070	1.388	246	619	16.365	313	1.371	39.015	115.855	1.082	542

(b) Movimento dos Investimentos das Controladas da CTEEP

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2012	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Outros	Saldos em 31.03.2013
IENNE	96.324	-	154	-	96.478
IESul	78.222	2.550	157	-	80.929
IEMadeira	577.430	-	19.897	-	597.327
IEGaranhuns	15.577	-	552	-	16.129
	767.553	2.550	20.760	-	790.863

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Taxas médias anuais de depreciação	31.03.2013			Controladora
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31.12.2012
	%				Líquido
Em serviço					
Maquinas e equipamentos	6%	33	(10)	23	23
Móveis e utensílios	6%	31	(17)	14	16
		64	(27)	37	39
					Consolidado
	Taxas médias anuais de depreciação	31.03.2013			Reapresentado
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31.12.2012
					Líquido
Em serviço					
Terrenos		2060	-	2.060	-
Maquinas e equipamentos	6%	2.462	(1.570)	892	911
Móveis e utensílios	6%	6.746	(4.489)	2.257	2.339
Equipamentos de informática	25% (*)	6.182	(1.937)	4.245	4.787
Veículos	21%	798	(508)	290	321
Outros	4%	981	(927)	54	56
		19.229	(9.431)	9.798	8.414

(*) Inclui leasing de equipamento de informática com taxa de 33,3%.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2012	Adições	Depreciação	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 31.03.2013
Maquinas e equipamentos	23	-	(1)	-	22
Móveis e utensílios	16	-	(1)	-	15
	39	-	(2)	-	37

	Consolidado				
	Reapresentado Saldos em 31.12.2012	Adições	Depreciação (nota 28)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 31.03.2012
Terrenos	-	2.060	-	-	2.060
Maquinas e equipamentos	911	11	(31)	-	891
Móveis e utensílios	2.339	-	(81)	-	2.258
Equipamento de informática	4.787	-	(540)	(2)	4.245
Veículos	321	-	(31)	-	290
Outros	56	-	(2)	-	54
	8.414	2.071	(685)	(2)	9.798

16. Intangível

Refere-se, substancialmente;

- a) Aos gastos incorridos pela Controlada CTEEP no período de abril de 2008 a fevereiro de 2009 na execução do projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP cuja amortização vem sendo feita linearmente pelo prazo de 5 anos; e
- b) Ao ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP, que tem como fundamento econômico a expectativa de resultado futuro e amortização durante o prazo de exploração da concessão da CTEEP referente ao contrato nº 59/2001 com término originalmente previsto para junho de 2015. Com a prorrogação do contrato de concessão da CTEEP por mais 30 anos, contados a partir de janeiro de 2013, e considerando a forma e critério estabelecidos pelas Medidas Provisórias nº 579 e 591 de 2012 para o pagamento das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis segregados em Serviços Existentes – SE e Novos Investimentos - NI, ainda não amortizados ou não depreciados, a Administração da Companhia optou por acelerar a amortização do saldo remanescente do ágio sendo 61% no próprio ano de 2012 e 39% em 2013 em consonância ao reconhecimento pela CTEEP das parcelas a que tem direito a receber do poder concedente dos investimentos vinculados aos bens reversíveis. Dessa forma, do saldo do ágio em dezembro de 2012, no montante de R\$175.185, foi amortizado, dentro do próprio mês, a importância de R\$106.681 equivalente a 61%, e remanesceu para ser amortizado em 2013 o saldo de R\$ 68.506 que equivale a 39%. Após a amortização de R\$ 17.126 realizada nesse trimestre o saldo em 31 de março de 2013 é de R\$ 51.380;
- c) Ao ágio no montante de R\$30.644, gerado na aquisição da empresa Evrecy pela controlada CTEEP.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do intangível, é como segue:

	Consolidado		
	Ágio	Software	Total
Saldo em 31.12.2012 reapresentado	68.506	42.289	110.795
Adições	-	1.308	1.308
Amortização de gastos com software	-	(1.137)	(1.137)
Amortização do ágio (nota 14.c)	(17.126)	-	(17.126)
Saldo em 31.03.2013	51.380	42.460	93.840

17. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Encargos	Vencimento final	Controladora	
			31.03.2013	31.12.2012
Moeda Estrangeira				
Bônus (a)	8,8%	30.01.2017	64.673	67.051
Circulante			935	2.372
Não circulante			63.738	64.679
				Consolidado
			31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Moeda Estrangeira				
Bônus (a)	8,8%	30.01.2017	64.673	67.051
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)				
CCB Internacional Banco IBBA (d) (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	130.723	132.309
Commercial Paper - Banco JP Morgan (d) (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	175.084	177.318
Total Moeda Estrangeira			370.480	376.678
Moeda nacional				
BNDES (b) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	211.365	234.681
BNDES (b) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	126.742	140.798
BNDES (b)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	51.253	52.513
BNDES (b)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	46.856	47.758
BNDES (b)	5,5% a.a.	15.01.2021	78.840	80.152
BNDES (b)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	48.888	49.801
BNDES (b)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	42.235	43.038
Notas Promissórias				
6º emissão (c) (iii)	104,9% CDI a.a	05.01.2013	-	433.873
Eletrobrás	8% a.a.	15.11.2021	327	340
Arrendamentos mercantis financeiros			4.625	5.048
Total Moeda Nacional			611.131	1.088.002
Total Moeda Nacional e Estrangeira			981.611	1.464.680
Circulante			500.568	938.917
Não circulante			481.043	525.763

(a) Emissão de bônus realizada em 29 de janeiro de 2007 no valor de US\$ 554 milhões

A emissão foi dividida em duas “tranches”: a primeira, no valor de US\$200 milhões, com prazo de cinco anos com vencimento em 2012, taxa de juros de 7,875% ao ano, com opção Call nos anos 2010 e 2011; a segunda “tranche”, de US\$354 milhões, com prazo de dez anos com vencimento em 2017 e taxa de juros de 8,8% ao ano.

(i) Reestruturação da dívida em moeda estrangeira – Bônus

Em consonância com a estratégia do Grupo ISA, que tem como premissa expandir seus negócios no Brasil, a administração da ISA Capital desenvolveu estudos, denominado projeto REDI, para reestruturar sua dívida em moeda estrangeira “bônus” com o objetivo de reduzir o custo desse endividamento e, ao mesmo tempo, criar condições favoráveis que possibilitem a expansão das atividades da Companhia e de suas sociedades Controladas.

- **Bônus de US\$354,0 milhões com vencimento em 2017**

Em 08 de fevereiro de 2010, a Companhia deu início à implementação da reestruturação anunciando no exterior uma oferta pública de recompra em dinheiro de todos os bônus de sua emissão com vencimento em 2017 até o montante total em circulação equivalente a US\$354 milhões. Como parte integrante da operação, além do pagamento pelo valor de mercado de 108,25% a ISA Capital ofereceu aos detentores dos bônus de 2017 que aderissem a oferta pública até o dia 24 de fevereiro de 2010 (denominado de período antecipado) um valor adicional (“ConsentFee”) de 3,50% sobre o valor de mercado. Entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2010, os detentores que aderiram a oferta receberam com base no valor de mercado 108,25%. Encerrado o período da oferta, constatou-se a adesão de 91,06% do total dos detentores dos bônus. Dessa forma dentro das condições estabelecidas, a Companhia, em março de 2010, recomprou US\$322,3 milhões, importância equivalente a 91,06% do total de US\$354,0 milhões, remanescendo no mercado apenas 8,94% do total dos bônus com vencimento em 2017 com valor equivalente a US\$31,6 milhões.

O desembolso total pela Companhia na recompra de 91,06% desses títulos ocorreu no mês de março 2010, no total de US\$371,8 milhões equivalentes a R\$665,0 milhões, assim compostos: (i) Principal de US\$322,3 milhões equivalentes a R\$577,4 milhões; (ii) Prêmio (“Consent Fee”) de US\$37,7 milhões equivalentes a R\$66,6 milhões; (iii) Juros proporcionais de US\$3,2 milhões equivalentes a R\$5,7 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas de US\$8,6 milhões equivalentes a R\$15,3 milhões.

Para o montante de bônus de US\$31,6 milhões remanescente no mercado, ficam mantidas as mesmas condições pactuadas quando da emissão, porém sem qualquer tipo de *covenants*. O prazo de vencimento do principal permanece em 2017 e os juros continuam sendo pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano, com taxa de 8,8% ao ano.

- **Bônus de US\$200,0 milhões com vencimento em 2012**

Assim que a oferta pública de recompra dos bônus de 2017 foi concluída, a Companhia, utilizando-se da prerrogativa de opção call prevista no contrato dos bônus com vencimento em 2012, iniciou o processo de recompra dos títulos, e dentro do prazo e condições estabelecidas recomprou 100% da totalidade dos mesmos cujo montante era de US\$200 milhões. Considerando que a recompra foi pelo valor de mercado vigente de 103,938%, conforme estipulado nas debêntures para o exercício da opção call em 2010, a ISA Capital desembolsou pela recompra desses bônus o montante de US\$212,6 milhões equivalentes a R\$380,8 milhões, assim composto: (i) Principal US\$200,0 milhões equivalentes a R\$358,2 milhões; (ii) Prêmio US\$7,9 milhões equivalentes a R\$14,1 milhões; (iii) Juros proporcionais US\$2,4 milhões equivalentes a R\$4,4 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas US\$2,3 milhões equivalentes a R\$4,1 milhões.

(b) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, com os bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,0 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) \leq 0,6.
- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 com os bancos Bradesco e Santander, ao custo de 1,2% a.a e 0,6% a.a respectivamente, com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA \leq 3,0 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) \leq 0,6.
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada da CTEEP, IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2014, com o Banco Bradesco S.A., ao custo de 1,0% a.a., com vencimentos trimestrais. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (v) Em 28 de outubro de 2011, a controlada da CTEEP, Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, com o Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,6% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Notas promissórias

- (i) Em 11 de janeiro de 2012, a Controlada CTEEP concluiu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$400,0 milhões com liquidação em 07 de janeiro de 2013. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação.

(d) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)

- (i) Em 20 de abril de 2011, a Controlada CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 33 (a). A operação foi liquidada em 26 de abril de 2013 (nota 37).

- (ii) Em 17 de outubro de 2011, a Controlada CTEEP assinou o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 33 (a).

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Controlada CTEEP e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
2014	-	-	130.912	174.977
2015	-	-	100.388	100.037
2016	-	-	24.471	24.245
2017	63.738	64.679	88.209	88.924
2018	-	-	24.471	24.245
Após 2018	-	-	112.592	113.335
	63.738	64.679	481.043	525.763

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
		Reapresentado
Saldos em 31.12.2012	67.051	1.464.680
Adições	-	200.000
Pagamentos (principal e juros)	(2.827)	(693.731)
Juros e variações monetárias e cambiais	449	10.662
Saldos em 31.03.2013	64.673	981.611

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Debêntures

	<u>Vencimento</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Consolidado</u>	
				<u>31.03.2013</u>	<u>Reapresentado 31.12.2012</u>
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a	332.399	325.959
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1 a.a	73.922	70.915
Série única CTEEP	02.07.2014	70.000	105,5% do CDI a.a	738.892	726.476
				1.145.213	1.123.350
Circulante				174.418	166.667
Não circulante				970.795	956.683

Em dezembro de 2009, a Controlada CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série tem amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração é paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração é paga semestralmente nas seguintes datas: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,0 e EBITDA/Resultado financeiro $>$ 3,0.

Em julho de 2012, a Controlada CTEEP emitiu 70.000 debêntures em série única, no montante total de R\$700,0 milhões, com entrada do recurso em 04 de julho de 2012. A amortização dos juros e do principal será no vencimento, em 02 de julho de 2014. Não foram estabelecidos indicadores financeiros para este contrato.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
2014	918.445	905.509
2015	17.449	17.058
2016	17.449	17.058
2017	17.452	17.058
	970.795	956.683

A movimentação das debêntures é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldos em 31.12.2012	1.123.350
Juros e variações monetárias e cambiais	21.863
Saldos em 31.03.2013	1.145.213

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Imposto de renda	162	368	1.479	82.188
Contribuição social	-	-	557	30.419
COFINS	-	-	5.700	8.810
PIS	-	-	1.238	1.910
Programa bolsa estudos	-	-	123	166
INSS	24	21	5.466	5.764
ISS	-	6	2.737	3.141
Outros	-	4	5.537	7.053
	186	399	22.837	139.451

20. Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Controlada CTEEP retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito relativo às contribuições do PIS e da COFINS. Para a quitação do débito a Controlada CTEEP aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente está sendo pago em 180 meses desde novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Controlada CTEEP consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para pagamento a partir de 30 de junho de 2011, a primeira parcela no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contada a partir de dezembro de 2009.

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2013 é a seguinte:

	Consolidado Reapresentado
Saldo Inicial	155.455
Atualização monetária sobre o débito	1.951
Pagamentos efetuados	(3.312)
	154.094
Circulante	13.303
Não circulante	140.791

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
PIS diferido	15.822	15.105
COFINS diferido	72.904	69.600
	88.726	84.705

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção. O recolhimento ocorre quando do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

22. Encargos regulatórios a recolher

	Consolidado	
	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	61.858	61.408
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	742	2.556
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	1.203
Reserva Global de Reversão - RGR (ii)	13.048	12.641
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.615	1.697
Taxa de fiscalização - ANEEL	355	307
	77.618	79.812
Circulante	28.773	40.344
Não circulante	48.845	39.468

(i) A Controlada CTEEP e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

(ii) Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783, a partir de 01 de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR. Para a Controlada CTEEP aplica-se ao contrato nº 059/2001. Em 31 de março de 2013, o saldo de RGR a pagar refere-se ao complemento do encargo referente aos exercícios de 2011 e 2012.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Férias e encargos sociais	14	19	16.128	19.594
Participação nos lucros e resultados – PLR	-	-	3.392	7.863
Contingências (a)	-	-	117.377	120.882
	14	19	136.897	148.339
Circulante	14	19	19.520	27.457
Não circulante	-	-	117.377	120.882

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Trabalhistas (i)	104.618	108.331
Cíveis	3.723	3.474
Fiscais – IPTU (ii)	7.417	7.506
Previdenciárias – INSS (iii)	1.619	1.571
	117.377	120.882

(i) Trabalhistas

A Controlada CTEEP assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$67.353 (R\$65.497 em 31 de dezembro de 2012), conforme nota 13.

(ii) Fiscais - IPTU

A Controlada CTEEP efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$7.417.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Controlada CTEEP foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração da Controlada CTEEP iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (nota 13).

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iv) Movimentação das provisões para contingências:

					Consolidado reapresentado
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	Total
Saldos em 31.12.2012	108.331	3.474	7.506	1.571	120.882
Constituição	10	870	-	-	880
Reversão/pagamento	(5.185)	(671)	(95)	-	(5.951)
Atualização	1.462	50	6	48	1.566
Saldos em 31.03.2013	104.618	3.723	7.417	1.619	117.377

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$112.533 em 31 de março de 2013 (R\$65.497 em 31 de dezembro de 2012), concentradas principalmente em trabalhistas e fiscais que totalizam R\$95.512.

Classificação	Quantidade	Total
Trabalhistas	350	45.405
Cíveis	275	17.021
Fiscais – CSLL base negativa (i)	1	18.750
Fiscais – MANAD (ii)	1	16.232
Fiscais – IRPJ e CSLL (iii)	1	15.125
		112.533

(i) Fiscais – CSLL base negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, pela não comprovação da composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Aguarda julgamento de recurso.

(ii) Fiscais – MANAD

Processo decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2011, em razão de atendimento de obrigação acessória referente entrega de arquivos digitais, relacionados ao Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD). Aguarda julgamento de recurso.

(iii) Fiscais – IRPJ e CSLL

Refere-se a processo de cobrança de IRPJ e CSLL decorrente de deferimento parcial pela Receita Federal de pedido de compensação realizado pela CTEEP em 2003. Aguarda julgamento de recurso.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota

(iv) Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da Controlada CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A Controlada CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela Controlada CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da Controlada CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do polo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

Em dezembro de 2012, foi publicada decisão que indeferiu a produção de provas requeridas pelas partes encerrando a liquidação por artigos, declarando que a responsabilidade pelo pagamento da condenação é da Eletropaulo, abatendo-se o montante depositado em juízo referente à ação consignatória. Reformada a decisão para realização de prova pericial.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a Controlada CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Controlada CTEEP não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS e aceita em juízo.

24. Valores a pagar – Fundação CESP

A Controlada CTEEP patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$6.121 em 31 de março de 2013 (R\$6.226 em 31 de dezembro de 2012), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Controlada CTEEP (nota 36).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Controlada CTEEP.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Controlada CTEEP, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD. Os planos “B” e “B1” foram fusionados financeiramente constituindo-se o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Controlada CTEEP, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Controlada CTEEP.

(d) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial, elaborada por atuário independente, dos planos de previdência PSAP patrocinados pela Companhia foi adotado o método do crédito unitário projetado. O laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012 demonstra um ativo atuarial no montante de R\$20.887 que não foi reconhecido contabilmente devido a incerteza da recuperabilidade desse ativo através de reembolsos provenientes do plano ou redução das contribuições futuras. O ganho atuarial está demonstrado abaixo, conforme laudo atuarial.

(i) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>31.12.2012</u>
Valor justo dos ativos do plano	3.290.144
Valor presente da obrigação de benefício definido	(2.678.356)
Superávit atuarial	611.788
Restrição de reconhecimento do ativo	(590.901)
	<u>20.887</u>
Liquido de benefício definido ativo	<u>20.887</u>

25. Obrigações especiais – Reversão/Amortização

O saldo em 31 de março de 2013, de R\$24.053, refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Companhia paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

26. Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

A Companhia foi constituída em 28 de abril de 2006, na forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Em 19 de setembro de 2006, a Companhia foi transformada em sociedade por ações.

Em 9 e 19 de março de 2010, a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais resgatáveis ao preço de R\$2,020731 por ação, cujo resgate terá início em 12 de abril de 2013 e termino em 09 de abril de 2016, que foram totalmente subscritas e integralizadas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 divididos em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembleia foi aprovada a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Passando o capital social da Companhia de R\$840.198 para R\$840.378 dividido em 1.434.469.504 ações.
- (iii) Posteriormente, em 14 de maio de 2010, o acionista HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, até então detentor das 593.844.504 ações preferenciais emitidas pela Companhia, alienou 50% ao Banco Votorantim S.A.

Dessa forma, em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais, distribuídas como segue:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total	%
Interconexión Eléctrica S.A ESP	840.624.999	-	840.624.999	58,60%
Conselheiros de Administração	1	-	1	0,00%
HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo	-	296.922.252	296.922.252	20,70%
Banco Votorantim S.A.	-	296.922.252	296.922.252	20,70%
Total	840.625.000	593.844.504	1.434.469.504	100%

(b) Dividendos

Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do Lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e são destinados às ações preferenciais resgatáveis até o montante equivalente aos Dividendos Fixos Cumulativos a que fazem jus essas ações.

Os dividendos fixos cumulativos são calculados e pagos a cada trimestre conforme estabelece o artigo 6º do Estatuto Social.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas, HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A., referente ao Lucro de 2012, como segue:

Pagamento	Valor	Valor por Ação R\$	Ações	Deliberação	Competência
04/01/2013	21.334	0,035926	593.844.504	04/01/2013	2012
Total	21.334				

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio da Controlada CTEEP

O estatuto social da CTEEP prevê dividendos obrigatórios equivalentes a 10% do capital social, que atualmente corresponde a R\$116.263.

A Controlada CTEEP não distribuiu dividendos e/ou juros sobre capital próprio nesse primeiro trimestre de 2013.

(d) Reserva de capital

Após as deliberações de 9 e 19 de março de 2010, acima mencionadas, a conta de Reservas de Capital da Companhia em 31 de dezembro de 2012, tem saldo equivalente a R\$1.199.400. Essa importância, conforme previsto em cronograma será utilizada para a realização dos resgates das ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, podendo também, conforme previsto no acordo de acionistas e na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, conforme alterada, ser utilizada para pagamento de dividendos a que tem direito as ações preferenciais resgatáveis.

(e) Ágio na transação de capital

Após a subscrição de ações de emissão da CTEEP em dezembro de 2011, referente ao aumento de capital daquele ano, a Companhia por um lado apurou um ganho na variação de porcentagem de participação no capital da CTEEP, e por outro uma perda no valor da ação em relação ao seu valor Patrimonial resultando em uma perda de R\$7.488. Após deduzido o valor de R\$20 em função da venda de 920 ações da CTEEP ocorrido nos meses de junho e julho de 2012, a conta tem saldo equivalente a R\$7.468. Essa importância poderá ser realizada em eventual venda das ações da CTEEP.

(f) Reservas de lucro

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Reserva legal (i)	5.881	5.881
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>125.493</u>	<u>125.493</u>
	<u>131.374</u>	<u>131.374</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Nessa conta deverá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após a destinação dos dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis, observando os limites estabelecidos no estatuto social da Companhia. Enquanto houver ações preferenciais resgatáveis em circulação, essa conta será utilizada apenas e exclusivamente para o pagamento de dividendos fixos cumulativos a que as ações preferenciais resgatáveis fazem jus e, se for o caso, também para o resgate das ações preferenciais resgatáveis.

(g) Lucro por ação

O lucro básico diluído por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.03.2012</u>
Lucro básico		
Lucro líquido – R\$ mil	6.980	56.715
Quantidade média ponderada de ações		
Ordinárias	840.625.000	840.625.000
Preferenciais	<u>593.844.504</u>	<u>593.844.504</u>
	<u>1.434.469.504</u>	<u>1.434.469.504</u>
Total do lucro básico por ação- R\$	<u>0,0049</u>	<u>0,03954</u>

27. Receita operacional líquida

27.1. Composição da receita operacional líquida

	<u>31.03.2013</u>	<u>Consolidado Reapresentado 31.03.2012</u>
Receita bruta		
Construção (a) (Nota 8)	46.512	61.317
Operação e manutenção (a) (Nota 8)	143.675	157.606
Financeira (b) (Nota 8)	38.817	323.876
Aluguéis	3.644	3.598
Prestação de serviços	<u>1.410</u>	<u>1.711</u>
Total da receita bruta	<u>234.058</u>	<u>548.108</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(17.867)	(5.730)
PIS	(3.879)	(1.238)
ISS	<u>(81)</u>	<u>(85)</u>
	<u>(21.827)</u>	<u>(7.053)</u>
Encargos regulatórios		
Conta de consumo de combustível – CCC	(892)	(14.192)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(3.525)	(10.044)
Reserva global de reversão – RGR	(599)	(13.898)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.594)	(4.911)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa – PROINFA	<u>(4.803)</u>	<u>(4.474)</u>
	<u>(11.413)</u>	<u>(47.519)</u>
	<u>200.818</u>	<u>493.536</u>

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Controlada CTEEP. Quando a Controlada CTEEP presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

27.2. Revisão periódica da Receita Anual Permitida – RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. A receita associada ao contrato de concessão nº 143/2001, cuja periodicidade de revisão tarifária é de cinco anos, não está sujeita a esta revisão.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011 da Controlada CTEEP.

27.3. Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) n.º 512, de 30 de outubro de 2012, alterou a REN n.º 270/07, incluindo o §3 ao artigo 3º, o qual extingue o adicional à RAP para as funções de transmissão alcançadas pela Lei n.º 12.783/2013.

27.4. Reajuste anual da receita

Em 26 de junho de 2012, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 1.313, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Controlada CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013. Posteriormente, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 1.395 de 11 de dezembro de 2012 alterando os valores previstos na Resolução Homologatória n.º 1.313/12, e que também determinou as receitas anuais permitidas após a Lei n.º 12.783/2013.

De acordo com a Resolução Homologatória n.º 1.313, a RAP da Controlada CTEEP, que era de R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.131.118 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

R\$122.841, equivalente a 6,1%. A RAP da Controlada CTEEP em conjunto com suas controladas, que era de R\$2.071.704 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.200.388 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$128.684, equivalente a 6,2%.

Com o advento da Lei nº 12.783/2013 a RAP da Controlada CTEEP a partir de 01 de janeiro de 2013, passou para R\$568.178, que líquido de PIS e COFINS totaliza R\$515.621.

A RAP da Controlada CTEEP e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
059/2001 – vigente dez/12(*)	647.245	176.038	-	(22.066)	187.342	64.202	-	4.829	1.057.590
059/2001 – vigente jun/13 (*)	197.293	-	-	(22.066)	86.795	-	-	4.829	266.851
143/2001	-	-	16.604	(667)	-	-	-	-	15.937
004/2007	-	-	14.161	(594)	-	-	-	-	13.567
012/2008	-	-	6.739	418	-	-	1.016	-	8.173
015/2008	-	3.671	12.800	1.259	-	1.032	314	20	19.096
018/2008	-	-	3.292	-	-	-	40	-	3.332
026/2009	-	-	21.554	(1.355)	-	-	4.903	-	25.102
020/2008	6.603	2.180	-	(784)	-	1.952	-	(107)	9.844
	851.141	181.889	75.150	(45.855)	274.137	67.186	6.273	9.571	1.419.492

(*) Devido a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 (nota 1.2), os valores demonstrados no quadro consideram a proporção da RAP de acordo com os valores vigentes no período de competência, sendo que para o período de julho a dezembro de 2012 foi considerada a proporção da RAP anual de R\$2.131.115 e para o período de janeiro a junho 2013 a proporção da RAP anual de R\$568.178.

28. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado			
	31.03.2013		31.03.2012	31.03.2013		Reapresentado 31.03.2012	
	Despesas	Total	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal	(428)	(428)	(402)	(56.772)	(14.658)	(71.430)	(60.554)
Serviços	(479)	(479)	(471)	(35.786)	(9.779)	(45.565)	(52.454)
Depreciação e amortização de intangível (notas 14 e 15)	(3)	(3)	(3)	-	(1.823)	(1.823)	(1.264)
Materiais	-	-	-	(41.489)	(207)	(41.696)	(38.663)
Arrendamentos e aluguéis	(71)	(71)	(71)	(2.188)	(1.420)	(3.608)	(3.675)
Contingências	-	-	-	-	(7.381)	(7.381)	(5.576)
Outros	(56)	(56)	(50)	(6.743)	(3.786)	(10.529)	(15.711)
	(1.037)	(1.037)	(997)	(142.978)	(39.054)	(182.032)	(177.897)

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da Controlada CTEEP totalizaram R\$22.275 em 31 de março de 2013 e R\$34.802 em 31 de março de 2012. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$41.893 em 31 de março de 2013 e R\$53.444 em 31 de março de 2012. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 27.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.03.2012
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	6.936	9.718	26.373	15.055
Juros ativos	793	646	27.430	893
Ajuste MTM (market to market) (CCB International e Commercial Paper)	-	-	864	24.959
Juros Selic IR a recuperar	517	890	517	890
Variações monetárias			30.584	-
Variações cambiais	3.080	8.135	3.080	8.135
Variações cambiais (CCB International e Commercial Paper)	-	-	10.197	-
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International)	-	-	4.919	14.252
Outras	-	-	1.039	456
	<u>11.326</u>	<u>19.389</u>	<u>105.003</u>	<u>64.640</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(1.387)	(1.224)	(13.137)	(17.425)
Juros passivos	-	-	(2.261)	(3.620)
Encargos sobre notas promissórias	-	-	(1.115)	(18.166)
Encargos sobre debêntures	-	-	(20.391)	(15.329)
Encargos (CCB International e Commercial Paper)	-	-	(2.132)	(1.956)
Ajuste MTM (mark to market) (CCB Internacional e Commercial)	-	-	-	(3.415)
IRRF sobre remessa de juros	(200)	(161)	(200)	(161)
PIS sobre juros capital próprio	-	(399)	-	(399)
COFINS sobre juros capital próprio	-	(1.837)	-	(1.837)
Ajuste a valor de mercado - dívida (Bônus)	-	-	-	-
Variações monetárias	(8.754)	(5.119)	(8.754)	(6.800)
Variação Cambial	(2.865)	(7.755)	(2.865)	(7.755)
Variações Cambiais (CCB International e Commercial Paper)	-	-	(6.457)	(16.918)
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International)	-	-	(9.103)	(22.762)
Outras	(11)	-	(1.449)	(1.110)
	<u>(13.217)</u>	<u>(16.495)</u>	<u>(67.864)</u>	<u>(117.653)</u>
	<u>(1.891)</u>	<u>2.894</u>	<u>37.139</u>	<u>(53.013)</u>

As captações internacionais da Controlada CTEEP, no trimestre, apresentaram uma receita de variação cambial líquida de R\$3.740 (R\$8.041 no 1T de 2012) e encargos de R\$2.132 (R\$1.956 no 1T de 2012). Em contrapartida, o ajuste de Swap gerou uma despesa líquida de R\$4.184 (R\$8.510 no 1T de 2012).

A Controlada CTEEP possui duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentou, no trimestre, receita de variação cambial líquida de R\$1.591 (R\$3.425 no 1T de 2012), encargos de R\$1.236 (R\$1.115 no 1T de 2012) e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$118 (R\$954 no 1T de 2012). O ajuste de Swap gerou uma despesa líquida de R\$1.917 (R\$3.688 no 1T de 2012) para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no trimestre, receita de variação cambial líquida de R\$2.149 (R\$4.616 no 1T de 2012) e encargos de R\$896 (R\$841 no 1T de 2012) e no MTM (mark to market) gerou a receita de R\$982 (R\$2.461 no 1T de 2012). O ajuste de Swap obteve uma despesa líquida de R\$2.267 (R\$4.822 no 1T de 2012) para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.03.2012
Receitas				
Amortização Perda IEMG	-	-	605	597
Outras (i)	-	-	14.062	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.667</u>	<u>597</u>
Despesas				
Amortização do ágio (Notas, 14.1.c)	(17.126)	(13.992)	(24.598)	(21.200)
Outras	-	-	(136)	(1)
	<u>(17.126)</u>	<u>(13.992)</u>	<u>(24.734)</u>	<u>(21.201)</u>
	<u>(17.126)</u>	<u>(13.992)</u>	<u>(10.067)</u>	<u>(20.604)</u>

- (i) Receita oriunda de reconhecimento de indenização por reequilíbrio econômico financeiro conforme acordo bilateral no montante de R\$12.001.

31. Imposto de renda e contribuição social**(a) Correntes**

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.03.2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.980	65.586	66.618	253.521
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(2.373)	(22.299)	(22.650)	(86.197)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprios	-	(8.220)	-	13.523
Realização de perda			(19)	(7.034)
Amortização ágio	(5.823)	(4.757)	(5.823)	(4.757)
Manutenção da integridade do patrimônio líquido			4.931	4.757
Equivalência patrimonial	9.192	26.412	7.058	3.910
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	-	-	593	5.627
Outros	(996)	(7)	260	788
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	-	(8.871)	(15.650)	(69.383)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	(6.208)	(63.712)	(75.853)
Diferido	-	(2.663)	48.062	6.470
	-	(8.871)	(15.650)	(69.383)
Alíquota efetiva	0,0%	13,5%	23,5%	27,4%

(i) Controladas IEMG, Serra do Japi e Evrecy.

A alíquota utilizada nas apurações de 2013 e 2012 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

(b) Tributos diferidos

A Companhia registrou no ativo em 2011 a importância de R\$53.000 referente a crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, com base nas suas projeções de lucratividade futuras que anteriormente não eram esperadas. A Administração estima utilizar o saldo existente em 31 de março de 2013 no montante de R\$39.553 até o ano de 2015, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal utilizado anualmente	2013	2014	2015	Total
Imposto de renda	2.811	2.147	24.155	29.113
Contribuição social sobre o lucro	1.012	773	8.655	10.440
	3.823	2.920	32.810	39.553

Adicionalmente a Companhia possui em 31 de março de 2013, saldo de R\$192.284 (31 de dezembro 2012 R\$191.775) de créditos de impostos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, não reconhecidos contabilmente, visto que a recuperação desses créditos ainda não se tornou provável em futuro previsível.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Provisão para contingências	-	-	39.895	41.087
Contrato de concessão (ICPC 01)	-	-	18.717	(37.048)
Reversão de ativos (ICPC 01)	-	-	-	51.930
Reversão de ativos (-i)	-	-	(37.043)	(85.079)
IR diferido sobre prejuízo fiscal	29.113	29.113	29.113	29.113
CS diferido sobre base negativa	10.440	10.440	10.440	10.440
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(16.580)	(18.383)
Demais diferenças temporárias	-	-	4.048	8.561
Líquido	39.553	39.553	48.590	621
Ativo não Circulante	39.553	39.553	72.696	39.553
Passivo não circulante	-	-	(24.106)	(38.932)

*Em 31 de março de 2013, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso não se encontra líquido.

- (i) A Controlada CTEEP apurou, para fins fiscais, ganho de capital no montante de R\$250.23, devido a reversão e alienação dos ativos imobilizados, conforme previsto nas Lei nº 12.783 e quinto aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012. Com base no Decreto-Lei nº 1.598/77 o ganho de capital poderá ser reconhecido para fins de apuração do lucro real na proporção da parcela do preço recebida, se o recebimento de parte ou todo for superior ao exercício social vigente. As parcelas recebidas até 31 de março de 2013 totalizam, aproximadamente, 56% do valor total a receber das instalações do NI.

A Administração da Controlada CTEEP considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

32. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	31.03.2013		31.12.2012		31.03.2013	Reapresentado 31.03.2012
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Consolidado							
Benefícios de curto prazo	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(1.882)	(1.766)
Empréstimos	Interconexion Electrica Internexa Brasil	48.358	-	48.645	-	(291)	(632)
		20.510	-	20.510	-	378	29
Sublocação	Controlada CTEEP	-	(31)	-	(23)	(79)	(70)
	IEMG	6	-	5	-	19	10
	IENNE	10	-	8	-	25	16
	Pinheiros	10	-	121	-	35	19
	IESUL	5	-	6	-	15	10
	Serra do Japi	15	-	71	-	38	33
Prestação de serviços	Controlada CTEEP	-	(12)	-	(10)	(35)	(22)
	Pinheiros	57	-	46	-	159	181
	IEMadeira	106	-	154	-	304	-
	Serra do Japi	24	-	21	-	67	-

*Referente aos honorários da administração.

Benefício de curto prazo

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

Sublocação

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas da CTEEP no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Prestação de Serviços

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a controlada CTEEP abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

33. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	197.227	127.324	210.537	436.927
Aplicações financeiras	208.227	294.483	1.584.077	294.483
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	56.138	63.455
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	-	-	773.829	2.425.203
Não circulante	-	-	3.289.856	3.387.374
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Não circulante	-	-	1.031.761	986.486
Empréstimos a Receber				
Circulante	20.510	20.510	20.510	20.510
Não circulante	48.358	48.645	48.358	48.645
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-
Circulante	-	2.846	-	2.846
Não circulante	-	-	76.406	74.690
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	935	2.372	500.568	938.917
Não circulante	63.738	64.679	481.043	525.763
Debêntures				
Circulante	-	-	174.418	166.667
Não circulante	-	-	970.795	956.683
Fornecedores				
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	359	301	58.185	63.569
Valor Justo através do Resultado	-	-	5.849	6.340
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	251	3.770
Valores a pagar Lei 4.819/58				
Circulante	11.347	11.347	11.347	11.347
Não circulante	394.302	385.546	394.302	385.546

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Controlada CTEEP celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A Controlada CTEEP classifica os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Controlada CTEEP adotou o "*Hedge Accounting*" para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Controlada CTEEP e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Controlada CTEEP e suas controladas, conforme a seguir:

				Consolidado
	Vencimento	Valor de referência (Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	128.130	128.130	-
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	171.340	171.340	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	(128.130)	(99.460)	28.670
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	(171.340)	(143.872)	27.468
Ativo circulante				56.138
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Juros	Abril de 2013	2.592	2.592	-
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2013	3.743	3.743	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Juros	Abril de 2013	(2.592)	(558)	2.034
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2013	(3.743)	(6.028)	(2.285)
Passivo circulante				(251)

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

- **Índice de endividamento**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	935	2.372	500.568	938.917
Não Circulante	63.738	64.679	481.043	525.763
Debêntures				
Circulante	-	-	174.418	166.667
Não Circulante	-	-	970.795	956.683
Dívida total (i)	64.673	67.051	2.126.824	2.588.030
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	405.454	421.807	1.794.614	731.410
Dívida líquida	(340.871)	(354.756)	332.210	1.856.620
Patrimônio líquido (ii)	2.170.664	2.163.684	5.281.534	5.230.081
Índice de endividamento líquido	-15,7%	-16,4%	6,3%	35,5%

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas notas explicativas 17 e 18.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Controlada CTEEP e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Controlada CTEEP e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a CTEEP e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Controlada CTEEP e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica (nota 27.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 17 e 18).

(iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Controlada CTEEP eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 17(c)). A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

A ISA Capital possui empréstimos a receber e a pagar em moeda estrangeira, para tais exposições a Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros para cobrir possíveis riscos cambiais. A exposição aos efeitos de oscilações cambiais não é considerada material pela Administração da Companhia.

(v) **Risco de captação** – A Controlada CTEEP e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

(vi) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas são provenientes de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) **Análise de sensibilidade**

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Controlada CTEEP o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e Commercial Paper em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 17 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Controlada CTEEP possui instrumentos financeiros derivativos Swap - hedge cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Controlada CTEEP. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Controlada CTEEP, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 30 de junho de 2013, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação

31 de março 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa – CTEEP Reapresentado

Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	132.787	165.984	199.180	99.590	66.393
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	177.848	222.311	266.773	133.386	88.924
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(132.787)	(165.984)	(199.180)	(99.590)	(66.393)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(177.848)	(222.311)	(266.773)	(133.386)	(88.924)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação / (depreciação) da taxa		25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (junho de 2013)		2,05	2,56	3,07	1,53	1,02

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa – CTEEP Reapresentado

Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	99,5% A 101% CDI	25.199	31.293	37.310	19.025	12.769
Passivos financeiros						
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	6.807	8.196	9.568	5.401	3.978
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.615	2.898	3.177	2.330	2.041
Debêntures Série única	105,5% CDI aa	28.173	31.472	34.730	24.830	21.442
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	5.943	6.962	7.972	4.914	3.876
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,62% aa	3.846	4.419	4.986	3.268	2.684
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% a 103,5% CDI	5.283	6.563	7.827	3.988	2.676
Efeito líquido da variação		(27.468)	(29.217)	(30.950)	(25.706)	(23.928)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (junho de 2013)		7,06%	8,82%	10,58%	5,29%	3,53%

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias - Continuação
31 de março 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

34. Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Além do compromisso assumido na nota 5, os principais compromissos assumidos pela Controlada CTEEP e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	31.03.2013	Reapresentado 31.12.2012
Até um ano	7.549	5.842
Mais de um ano até cinco anos	2.085	2.160
	9.634	8.002

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Controlada CTEEP como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 30 – transações com partes relacionadas.

35. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	05/10/12 a 01/03/14	2.799.032	4.395
Responsabilidade Civil Geral (b)	15/01/11 a 01/09/13	20.000	184
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 30/09/13	92.409	9
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/12 a 01/05/13	55.082	2
Automóveis (e)	02/03/13 a 02/03/14	Valor de Mercado	22
			4.612

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Controlada CTEEP.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

36. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a controlada CTEEP, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da Controlada CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da controlada CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à controlada CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela controlada CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a Controlada CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à Controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a Controlada CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a março de 2013, o valor de R\$2.376.317 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.551.495 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$824.822 (nota 9 (a)), foi requerida pela Controlada CTEEP inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade do Governo do Estado, no montante de R\$206.939 (nota 8 (b)), perfazendo um total de R\$1.031.761.

Nenhuma alteração substancial ocorreu nos processos em trâmite, relativos a este caso.

A Controlada CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Controlada CTEEP registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 9 (a)).

No Segundo semestre de 2012, a Associação dos Aposentados da Fundação CESP, propôs ação judicial de nº 0022576-08.2012.8.26.0053, contra a Fazenda do Estado de São Paulo requerendo sua condenação ao ressarcimento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, para que referido plano possa fazer frente aos pagamentos das aposentadorias e pensões. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Além disso, está avaliando algumas medidas para recebimento dos referidos valores até então registrados, conforme descrito na nota 8, na rubrica de Valores a Receber – Secretaria da Fazenda.

37. Eventos subsequentes

Controladora

(a) Distribuição de dividendos da controladora

(1) Em 12 de abril de 2013, a ISA Capital pagou dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas HSBC Finance (Brasil) S.A., Banco Múltiplo e Banco Votorantim S.A.. Com base no critério de cálculo estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia, coube a cada ação preferencial a importância de R\$0,041957 perfazendo dessa forma o montante de R\$24.916 pagos à totalidade das ações preferenciais resgatáveis;

(2) Em 04 de julho de 2013, a ISA Capital pagou os dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A.. Com base no critério de cálculo estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia, coube a cada ação preferencial a importância de R\$0,037607 perfazendo dessa forma o montante de R\$20.993 pagos à totalidade das ações preferenciais resgatáveis.

(3) Em 04 de outubro de 2013, a ISA Capital pagou os dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A.. Com base no critério de cálculo estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia, coube a cada ação preferencial a importância de R\$0,042607 perfazendo dessa forma o montante de R\$25.302 pagos à totalidade das ações preferenciais resgatáveis.

(b) Resgate das ações preferenciais

(1) Em 12 de abril de 2013, a ISA Capital resgatou um total de 35.630.670 ações preferenciais resgatáveis classe A. Com base no critério estabelecido no artigo 6º estatuto social da Companhia, o valor de cada ação resgatada preferencial resgatada correspondeu a R\$2,020731 por ação, perfazendo dessa forma o montante de R\$72.000 pagos pela totalidade das ações preferenciais resgatáveis Classe A;

(2) Em 04 de julho de 2013, a ISA Capital resgatou um total de 35.630.670 ações preferenciais resgatáveis classe B. Com base no critério estabelecido no artigo 6º estatuto social da Companhia, o valor de cada ação resgatada preferencial resgatada correspondeu a R\$2,020731 por ação, perfazendo dessa forma o montante de R\$72.000 pagos pela totalidade das ações preferenciais resgatáveis Classe B;

(3) Em 04 de outubro de 2013, a ISA Capital resgatou um total de 35.630.670 ações preferenciais resgatáveis classe C. Com base no critério estabelecido no artigo 6º estatuto social da Companhia, o valor de cada ação resgatada preferencial resgatada correspondeu a R\$2,020731 por ação, perfazendo dessa forma o montante de R\$72.000 pagos pela totalidade das ações preferenciais resgatáveis Classe C.

Consolidado

(c) Aumento de capital social

Em Assembleia Geral Ordinária da Controlada CTEEP realizada em 01 de abril de 2013, foi aprovado aumento de capital social autorizado no montante de R\$830.910, passando o mesmo de R\$1.469.090 para R\$2.300.000 e aumento de capital social integralizado no montante de R\$837.374, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de capital (conta Subvenções para Investimentos – CRC), passando o mesmo de R\$1.162.626 para R\$2.000.000.

(d) Medida Provisória nº 612

Em 04 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 612 que reduz a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as o valor das indenizações a que se refere a Lei no 12.783/2013.

(e) Empréstimos e financiamentos

(1) Em 26 de abril de 2013, a CTEEP liquidou a dívida com o Banco Itaú BBA Nassau – CCB Internacional no valor de USD 63.694, correspondente a R\$128.146. Concomitantemente ocorreu a liquidação do *Swap* com o Itaú BBA de valor “notional” de R\$100.000. O resultado do *Swap* foi um ajuste positivo de R\$23,5;

(2) Em 21 de outubro de 2013, a CTEEP liquidou a dívida com o JP Morgan Chase – Commercial Paper no valor de USD 86.581, correspondente a R\$187.153. Concomitantemente ocorreu a liquidação do *Swap* com o banco JP Morgan S.A. de valor “notional” de R\$150.000. O resultado do *Swap* foi um ajuste positivo líquido de R\$26.7

(f) Lei 4.819/58 na Controlada CTEEP

Em 28 de outubro de 2013 a controlada CTEEP divulgou ao mercado suas informações financeiras referentes ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2013. O principal evento ocorrido, que impactou o resultado da controlada CTEEP daquele período, está contido na Nota 34 das referidas informações financeiras, que trata sobre o Plano de Complementação de Aposentadoria regido pela Lei 4.819/58. Dentre os principais fatos novos que ocorrem em 2013 sobre o assunto destacam-se:

- (i) alteração na expectativa de tempo de realização de parte dos ativos, por conta da extinção sem julgamento de mérito da ação de cobrança dos valores devidos pelo Governo do Estado de São Paulo à controlada CTEEP, bem como os demais movimentos processuais ocorridos;
- (ii) confirmação pelo STF da competência da Justiça Comum para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar. Esse posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso específico da controlada CTEEP em relação à Lei 4.819/58, o qual já se encontra concluso ao Ministro do STF desde 09 de abril de 2013; e
- (iii) o andamento jurídico dos demais processos relativos à Lei 4.819/58, como, por exemplo, o reconhecimento da efetivação de repasses à CTEEP, por parte da SEFAZ-SP, de valores que vinham sendo glosados até abril de 2013, objeto do Mandado de Segurança Coletivo, ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas.

Em função desses principais fatos acima relatados, a Administração da controlada CTEEP revisou seu posicionamento, reconhecendo provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber, para a qual há expectativa de aumento no prazo de realização e ainda não contemplada como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP.